

JOSÉ DE PAULA RAMOS JR.

# Lição de inglês

sobre o livro

eria possível conhecer uma nação por meio de seus livros? O historiador Laurence Hallewell explora essa hipótese em sua obra *O Livro no Brasil*. A primeira edição anglo-americana, de 1982, foi traduzida para ser publicada em português poucos anos após, em 1985, em parceria de T. A. Queirós Editor e Edusp. A segunda edição brasileira, de 2005, lançada pela Edusp em formato grande, capa dura e refinada arte gráfica, renova o convite à leitura de um discurso sobre a história do livro no Brasil, que se esforça para compreender esse país estranho ao autor, mas que acaba por desvelar aos brasileiros

# brasileiros

um saber essencial e quase ignorado sobre eles mesmos. Na oportunidade em que se acaba de celebrar os 200 anos de imprensa no país, impõe-se a lembrança dessa admirável contribuição do estudioso inglês.

O livro é um suporte de conhecimento e de comunicação entre outros, mas, por ser portátil, pelo preço e por outras características intrínsecas, constitui um meio de expressão, registro e transmissão do saber ainda indispensável à cultura civilizada. Embora seja um objeto singular, poucos produtos envolvem tantas atividades, pois o livro pressupõe a associação de múltiplos campos de trabalho: a arte, a ciência e a tecnologia, a agricultura, a indústria e o comércio. Assim, *O Livro no Brasil* constrói uma narrativa ampla e coesa, cuja totalidade “proporciona uma excelente medida do grau de dependência ou independência do país, tanto do ponto de vista espiritual quanto do material” (p. 43). A edição de 1985 discutia a atividade editorial desde os tempos coloniais até os da ditadura militar; para a edição de 2005, o autor praticamente reescreveu a obra e acrescentou um novo capítulo, que estende o estudo crítico à época do governo Collor e do início do Plano Real ou pouco mais além.

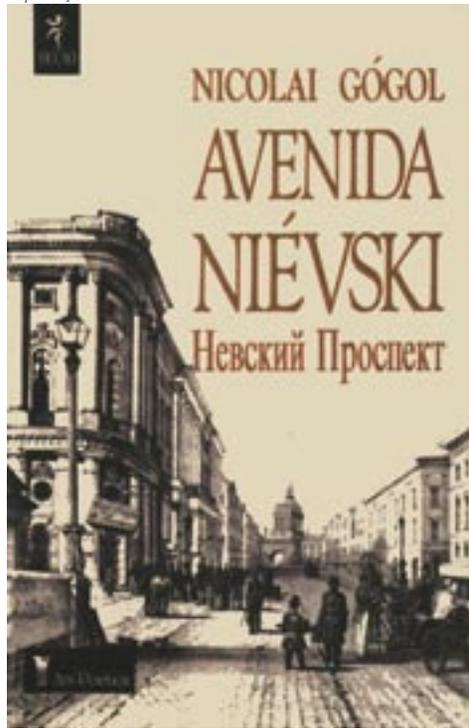


*O Livro no Brasil: Sua História*, de Laurence Hallewell, tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza, 2ª ed. rev. e ampl., São Paulo, Edusp, 2005, 809p.

**JOSÉ DE PAULA RAMOS JR.**

é professor do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP.

Reprodução



**Capa de Carlos Clémen para edição bilíngue do romance de Gógol**

Do ponto de vista da história material, investiga-se toda a cadeia produtiva, da matéria-prima à mercadoria em circulação no mercado. Estatísticas de importação, exportação e câmbio, produção e distribuição, parque gráfico instalado, custo, preço e vendas, editoras e livrarias, poder aquisitivo do consumidor, população, índices educacionais e outros dados dispersos tornam-se disponíveis em tabelas organizadas pelo autor. Criticamente, ele compara, analisa e interpreta esses elementos, articulando-os ao movimento mais amplo das forças históricas em processo.

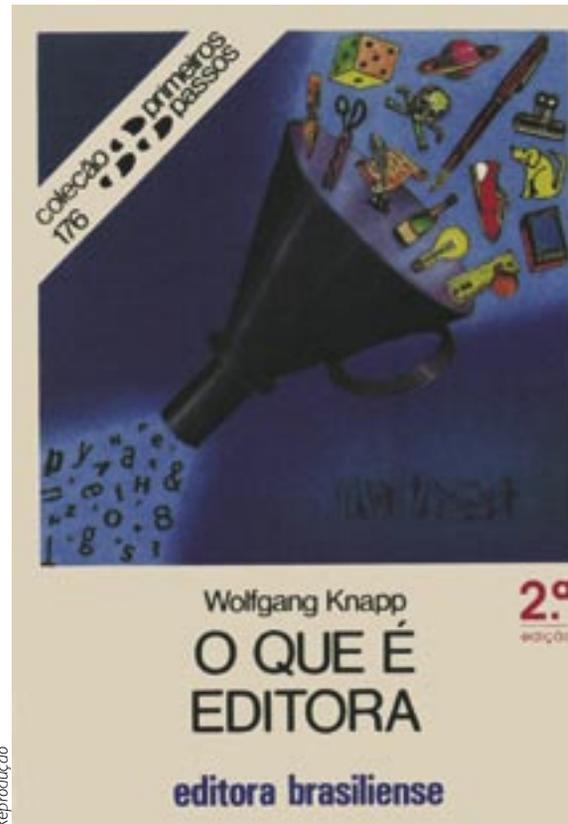
Nessa trama, o leitor acompanha a crônica dos obstáculos à livre produção e comercialização do livro, como a proibição imposta à imprensa no período colonial e, após a restrita liberação decretada pelo príncipe regente Dom João, em 1808, a dependência de máquinas e matérias-primas estrangeiras, associada aos impostos de importação, além da concorrência externa e muitos outros fatores que interferem na publicação de livros. Entresesses, Hallewell destaca as injunções políticas, como a censura a que a imprensa foi sujeita em diversos momentos, e a precariedade educacional do país, que ainda hoje alija do mercado poten-

cial de leitores não apenas mais da metade da população, prisioneira do analfabetismo total ou funcional, mas também a maioria do público de fato alfabetizado, que não desenvolveu o hábito de leitura.

Em função de tantos e tão graves obstáculos, Laurence Hallewell registra, com algum espanto, a pujança do setor editorial do Brasil, pois, sendo o que mais lenta e tardiamente se desenvolveu no continente, tornara-se o mais ágil e o maior entre os países latino-americanos, ao menos desde 1980, simplesmente porque a minoria leitora passara a constituir um grande mercado, com 320 milhões de livros vendidos em 1988. O historiador estima em 50% a queda dessa cifra, em 1993, por efeito danoso do Plano Collor, mas assinala a recuperação e estabilização da média de exemplares vendidos na casa dos 335 milhões entre os anos de 1995 e 2003.

Ao observar os processos de produção, Hallewell descreve a evolução da arte tipográfica, com seus altos e baixos, desde a Imprensa Régia, primeira oficina instalada oficialmente no país, em 1808, cujos tra-

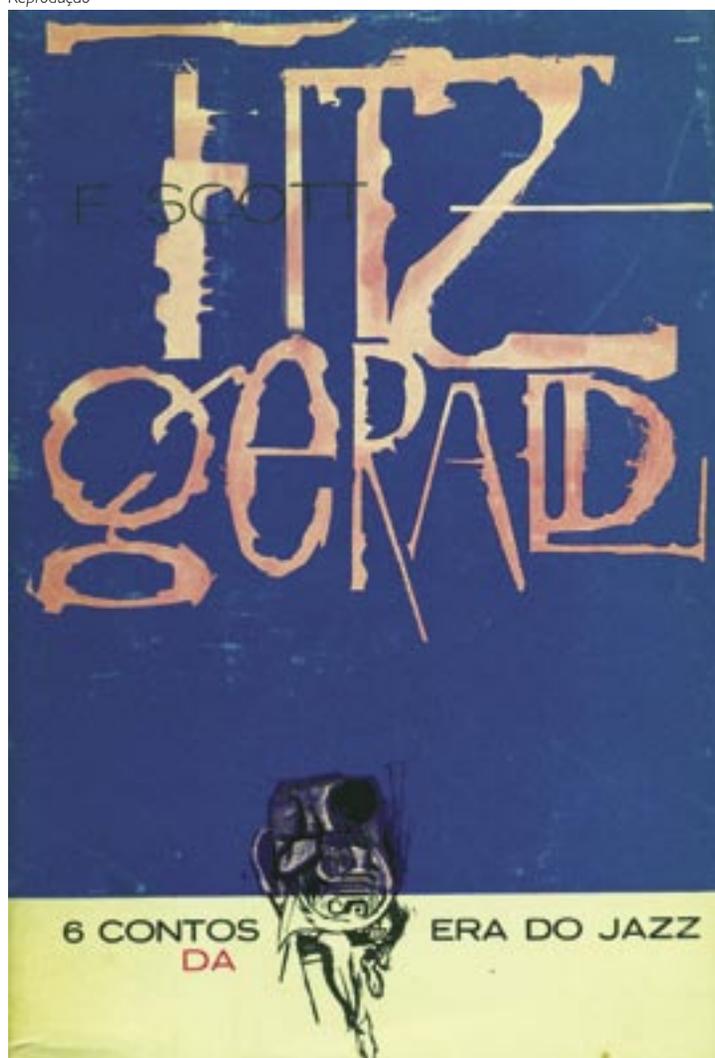
**Volume da coleção "Primeiros Passos", década de 80**



Reprodução

balhos distinguiram-se pela boa qualidade tipográfica, como a da edição de *Marília de Dirceu* (1810), de Tomás Antônio Gonzaga, “primeira obra de literatura brasileira publicada no Brasil, e muito bem feita, com uma esplêndida folha de rosto” (p. 112). Todavia, após a suspensão da censura, em 1821, e com a expansão indiscriminada do setor editorial, decaíra muito aquela qualidade gráfica e “somente a partir de 1940 mais ou menos é que [a imprensa nacional] produziu, de vez em quando, uma obra decente” (p. 120), conforme a avaliação do bibliólogo Rubens Borba de Moraes, citada por Hallewell. Este atenua o juízo severo daquele ao elogiar livros publicados no Maranhão, província favorecida pela prosperidade decorrente do cultivo e exportação de algodão, entre as décadas de 1840 e 1870, e que então se impusera como o segundo maior produtor de livros no país, atrás somente da corte. Entre os tipógrafos de São Luís, destacam-se José Maria Corrêa de Frias, editor do primeiro romance de Aluísio Azevedo (*Uma Lágrima de Mulher*, 1879), e Belarmino de Mattos, considerado pelo crítico literário José Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira* (1916), “talvez o melhor impressor que já teve o Brasil” (p. 176). Edições de Paula Brito, primeiro a publicar Machado de Assis e reputado pelo autor de *Dom Casmurro* no *Diário do Rio de Janeiro*, de 3 de janeiro de 1865, como “o primeiro editor digno desse nome que houve entre nós” (p. 153), servem também de contraponto à opinião de Borba de Moraes, além de outros exemplos comentados por Hallewell. Seja como for, em torno de 1940, de fato, começa a generalizar-se entre os editores nacionais a consciência de que o aspecto estético do livro pode ser decisivo para o seu sucesso ou fracasso. Desde então, torna-se cada vez mais frequente a preocupação com a programação visual, com as capas, a qualidade do papel e o acabamento, enfim, com o refinamento dos elementos inerentes à arte gráfica e tipográfica, de que é exemplo a edição aqui resenhada.

*O Livro no Brasil* constitui leitura de grande interesse aos profissionais da arte,



da indústria e do comércio livreiro, bem como aos historiadores, sociólogos, bibliólogos e bibliófilos, aos juristas dedicados à questão do direito autoral, aos jornalistas, aos professores de letras e aos escritores, além de estudantes universitários, futuros praticantes desses campos de trabalho. Para todos eles, trata-se de uma obra de referência indispensável, pois, nas palavras de José Mindlin, “é até hoje o estudo mais completo sobre o livro no Brasil” (quarta capa). Acrescente-se que a consulta rápida é favorecida pelo minucioso sumário, pela concisa lista de tabelas e pelo excelente índice, em ordem alfabética, com remissão às páginas de ocorrência dos verbetes.

Agora, a narrativa de Hallewell apresenta uma qualidade rara, pois o rigor científico da investigação articula-se numa prosa cativante, de profundo interesse humano,

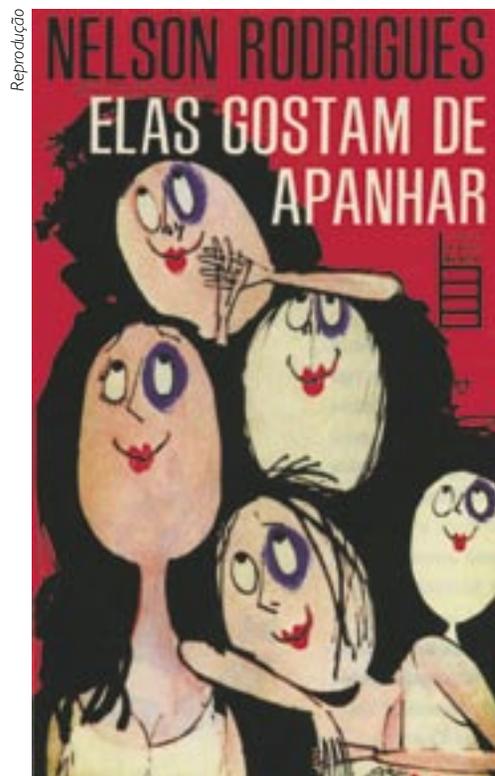
**Tradução de obra de Fitzgerald pela Editora Civilização Brasileira**

**Ao lado,  
capa de Ziraldo  
para livro de  
bolso da Editora  
Bloch**

capaz de despertar a atenção do leitor que busca, fora da ficção literária, uma leitura instrutiva e prazerosa. Assim, o relato oferece um curioso e impressionante recorte da história do Brasil, que tem o livro como protagonista. E o texto da segunda edição brasileira, não apenas depurado dos erros tipográficos da primeira, mas também aprimorado por ampla revisão estilística, ressalta a prosa clara e elegante de Hallewell, que, como narrador, sabe contar bem uma boa história.

As peripécias do herói (o livro) articulam-se às grandes linhas da história política, social, econômica e cultural, mas o núcleo da narrativa consiste na saga de alguns homens dedicados à publicação de livros, que contribuíram de modo notável para o desenvolvimento espiritual do país. Os capítulos, exceto alguns poucos, recebem o nome dessas personalidades, cujas trajetórias, somadas às de muitos outros editores, configuram uma crônica de vidas repletas de incidentes, como a prisão de Belarmino de Mattos (século XIX) ou de Ênio Silveira (século XX) por razões políticas.

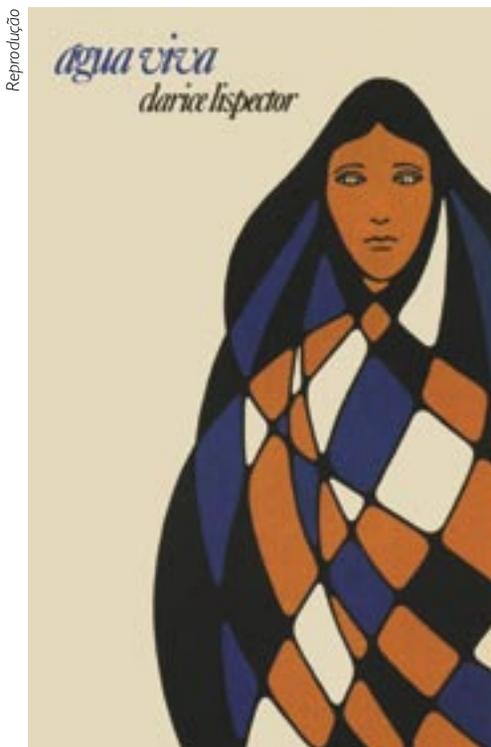
As vicissitudes enfrentadas por empreendedores como Paula Brito, Baptiste



Louis Garnier e Hippolyte Garnier, que editaram obras de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, José de Alencar e Machado de Assis, para citar apenas alguns escritores importantes do século XIX, distinguem a fase de implantação do setor editorial, marcada pelo artesanato. Com a morte desses e de outros editores do período artesanal (por exemplo, Francisco Alves), observa-se um retrocesso nos negócios do ramo até que Monteiro Lobato os revolucionasse, logo após a Primeira Guerra Mundial. Impulsionado pelo sucesso inusitado de *Urupês* (1918), impresso na gráfica de *O Estado de S. Paulo*, o autor, que custeou sucessivas edições logo esgotadas, investiu no ramo editorial, levando-o à modernidade.

No contexto do processo de desenvolvimento de São Paulo, Lobato inaugura a era industrial do livro, bem como o mercado nacional para esse produto, quer ampliando a distribuição, de aproximadamente trinta livrarias para mais de dois mil pontos-de-venda no país, quer despertando a demanda de um público leitor mais amplo, para além do círculo das elites tradicionais, interessado no nacionalismo pré-modernista do autor

**Edição do  
Círculo do  
Livro, com capa  
de Massao  
Hotoschi**



de *Urupês* ou em novos escritores, como Ribeiro Couto, Paulo Setúbal, Hilário Tácito (pseudônimo de José Maria de Toledo Malta), Guilherme de Almeida e Oswald de Andrade, entre outros.

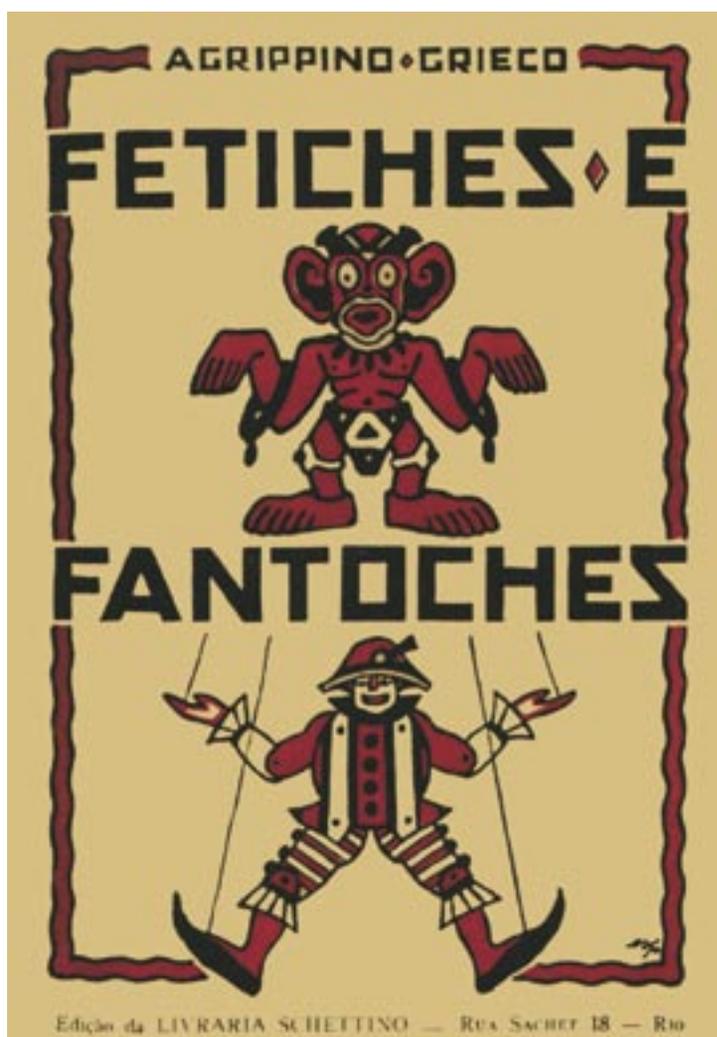
Um aspecto decisivo da modernização implantada por Monteiro Lobato consiste na ênfase dada ao livro na condição de simples mercadoria. Ciente de que a aparência do produto interfere diretamente nas vendas, Lobato importou papel de boa qualidade e máquinas monotipo, da mais avançada tecnologia então disponível, além de haver contratado artistas e profissionais competentes para cuidar da diagramação, das capas, dos textos e dos demais elementos característicos da prática editorial. Embora tenha equiparado o livro à “batata, [ao] querosene e [ao] bacalhau”, ressaltando o seu puro valor de troca, Lobato jamais o dissociou de seu intrínseco valor de uso espiritual. Para ilustrar isso, bastaria a célebre máxima do autor – “Um país se faz com homens e livros” –, mas Hallewell compõe um minucioso retrato do autor de *Cidades Mortas*, ressaltando sua atividade de editor imbuído da missão de contribuir para o desenvolvimento cultural da nação.

A experiência editorial de Monteiro Lobato foi fulgurante, mas breve. As dívidas contraídas para financiar a acelerada expansão dos negócios agravaram-se em decorrência de uma conjuntura econômica desfavorável. Além disso, as instalações da empresa foram bombardeadas no levante de 1924, paralisando a oficina por alguns meses. Por fim, a crise de energia elétrica de 1925 reduziu a produção a 30% da média. Somados esses fatores, Lobato decidiu liquidar os negócios. Porém, Octalles Marcondes Ferreira, sócio de Lobato, funda com o mesmo parceiro a Companhia Editora Nacional, ainda em 1925. Lobato deixou o comando e, sob a direção de Octalles, a CEN foi estruturada sob uma orientação empresarial sólida, que a levou à condição de principal editora de livros no país, posição ocupada até a morte de seu proprietário em 1973. A editora de Octalles deve muito de seu sucesso ao investimento no livro didático, mas não deixou de contribuir de modo notável para

a difusão de obras de valor permanente (de que é exemplo a excelente coleção Brasileira), apesar de seu quase desinteresse pela publicação de literatura brasileira. Quanto a essa, a editora José Olympio passa a exercer a função de principal veículo, acolhendo autores como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, João Guimarães Rosa e tantos outros, no mesmo período em que a CEN foi destaque, isto é, entre 1930 e início da década de 1970. Curiosamente, ambas tornaram-se propriedade do BNDE (depois, BNDES), antes de serem repassadas para a iniciativa privada.

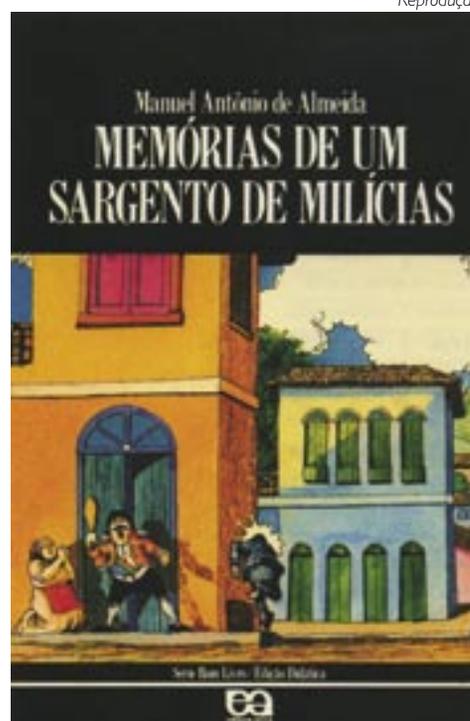
Além do périplo de Octalles e de José Olympio, Hallewell, sempre atento às conexões entre a particularidade e a generalidade, estuda detalhadamente os empreendimentos de editores como José de Barros Martins,

**Livro do crítico Agrippino Grieco lançado pela Livraria Schettino, em 1922**



Reprodução

Caio Prado Jr. (Brasiliense) e o já citado Ênio Silveira (Civilização), entre muitos outros que contribuíram de modo mais ou menos importante para o desenvolvimento da indústria nacional do livro, compreendendo-os como desdobramentos e aperfeiçoamentos das inovações revolucionárias de Monteiro Lobato. Contudo, o pesquisador assinala a profunda transformação do mercado livreiro após o estabelecimento da chamada indústria cultural no Brasil ao crepúsculo dos anos 1960. Nesse contexto, destacam-se as experiências da Editora Abril, de Victor Civita, que começou a produção de livros em 1965 para logo alcançar posição de liderança no mercado, mas são examinadas também as contribuições de outras editoras notáveis, tais como, para dar apenas três exemplos expressivos, a Record, a Nova Fronteira e a centenária Melhoramentos, sendo esta um modelo de solidez e capacidade de adaptação, além de haver sido pioneira na integração vertical no Brasil, abrangendo todas as etapas envolvidas na produção do livro, isto é, “do pinheiro ao livro”, conforme o *slogan* da empresa.

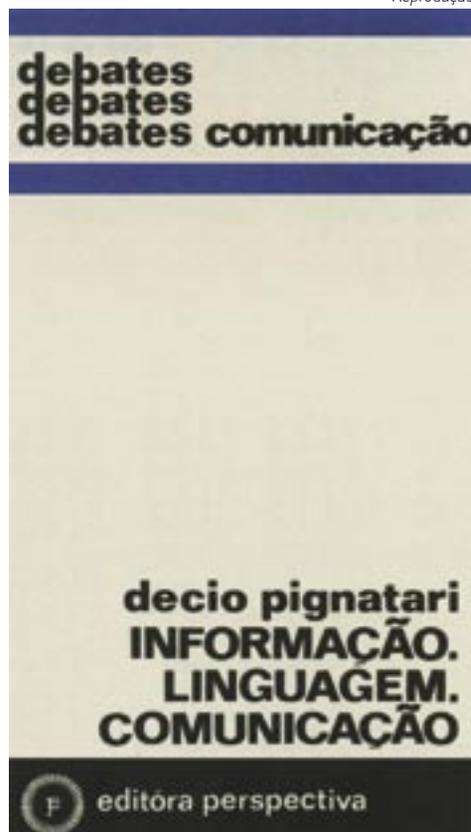


Para a edição Edusp (2005), como já foi dito, Laurence Hallewell revisou, ampliou e atualizou a sua obra, alongando a investigação da história do livro no Brasil até o início do novo milênio. No último capítulo, escrito especialmente para essa edição especial, ele assinala o surgimento de novas e importantes editoras, como é o caso modelar da Companhia das Letras, e as turbulências provocadas por planos econômicos desastrosos. Além disso, o historiador enfatiza as interfaces do livro “não apenas com a cultura e a educação, mas também com a política de desenvolvimento industrial, com a política de trabalho e emprego e com a política de desenvolvimento científico e tecnológico” (p. 751), observa que a urbanização crescente do país favorece a fermentação intelectual necessária à produção e ao consumo de livros e reafirma a convicção de que o Brasil tem potencial para tornar-se “uma das maiores indústrias editoriais de todo o mundo” (p. 752).

Ao finalizar a leitura da esplêndida obra do inglês Laurence Hallewell, o leitor brasileiro certamente será persuadido de que é possível, sim, conhecer muito melhor o seu próprio país e a sua cultura por intermédio da história de seus livros.

**Ao lado, volume de 1977 da série “Bom Livro”, Editora Ática**

Reprodução



**Segundo volume da coleção “Debates”, Editora Perspectiva**